

SC ENERGIA - EMPRESA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DE SANTA CATARINA S.A.
CNPJ nº 07.071.892/0001-60

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO
31 de dezembro de 2008

AOS ACIONISTAS

A administração da SC ENERGIA - Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as Demonstrações Financeiras da companhia relativos ao exercício de 2008, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A EMPRESA

A SC ENERGIA - Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S.A., tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Através do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 10/2005-ANEEL, datado de 04 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão Campos Novos – Blumenau de 500 kV, 2º Circuito, com extensão aproximada de 375 km, com origem na Subestação Campos Novos e término na Subestação de Blumenau, ambas no Estado de Santa Catarina, compreendendo o trecho de aproximadamente 280 km da Subestação Campos Novos até o município de Biguaçu, e o trecho de aproximadamente 95 km deste Município até a Subestação de Blumenau; e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Também foi outorgado através da ANEEL nos termos da Resolução Autorizativa nº 485, de 28 de março de 2006, alterada pela Resolução Autorizativa nº 841, de 13 de março de 2007 e formalizada pelo Segundo Termo Aditivo para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 010/2005-ANEEL, a implantação de reforços nas instalações de transmissão de energia elétrica, composto das seguintes instalações:

- Subestação de Biguaçu, de 525 kV, localizada no município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, sendo banco de autotransformadores monofásicos 500/230/13,8 kV, com 224 MVA cada, mais unidade reserva de 224 MVA, um banco de reatores de barra, em 500 kV, um módulo geral e de módulos de entrada e de conexão e demais obras e equipamentos inerentes ao empreendimento desta natureza;
- Seccionamento do 2º circuito da linha de transmissão, em 525 kV, Campos Novos – Blumenau, circuito simples, na Subestação de Biguaçu, com a construção de dois trechos de linha de transmissão, em 500 kV, circuito simples, com 2,5 km de extensão cada.

SISTEMA DE TRANSMISSÃO

O sistema da SC ENERGIA integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação da operação é do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, com o qual foi celebrado o respectivo Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST nº 012/2005, em 01 de abril de 2005.

A operação comercial do empreendimento teve seu início em 17 de setembro de 2006.

A operação comercial da Subestação de Biguaçu, teve seu início em abril e julho de 2008.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela ELETROSUL, sob a supervisão e fiscalização da SC ENERGIA, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Conforme Contrato de Concessão, a prestação do serviço de transmissão se dará mediante o pagamento de Receita Anual Permitida a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IGPM, sendo que, a partir do 16º ano de operação, a receita anual permitida será de 50% da vigente até o 15º ano.

Quanto a Subestação de Biguaçu, a prestação do serviço de transmissão se dará mediante o pagamento da Receita Anual Permitida (reforço) a partir da data da disponibilização das instalações para operação comercial, reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IGPM, sendo esta linear, ou seja, sem qualquer redução pelo prazo de concessão.

No exercício, a empresa obteve um Resultado Operacional Líquido de R\$ 40.846 e um Lucro Líquido, após a Provisão para o Imposto de Renda, para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de R\$ 11.646, correspondente a R\$ 85,64 por lote de 1.000 ações do capital.

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício:

	2007	2008
Liquidez Geral	0,33	0,32
Liquidez Corrente	0,96	0,67
Relação Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,42	0,39
Relação Exigível Total/Ativo Total	0,58	0,61
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%)	9,10	7,10
Relação Lucro Operacional/Patrimônio Líquido (%)	20,22	24,90

Em complemento às Demonstrações Financeiras previstas na Legislação Societária, estamos apresentando, conforme Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a Demonstração do Valor Agregado e o Balanço Social da companhia. O Relatório de Responsabilidade Socioambiental, introduzido através do Despacho SFF/ANEEL nº 3.034, de 26 de dezembro de 2006, será divulgado em exemplar à parte.

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e do Setor Elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2008	2007
CIRCULANTE		58.446	34.826
Caixas e equivalentes de caixa		157	43
Aplicações no mercado aberto	5	11.212	6.243
Fundos Vinculados	5	11.047	-
Rendas a Receber	5	2.098	839
Concessionárias e permissionárias	6	7.358	4.925
Tributos e contribuições sociais a compensar	7	24.906	20.932
Despesas pagas antecipadamente		156	52
Outros créditos		1.512	1.792

NÃO CIRCULANTE	364.188	336.451
Realizável a Longo Prazo		
Tributos a compensar	7	25.524
Fundos Vinculados		11.047
Imobilizado		
Imobilizado líquido	8	332.251
Intangível		
Intangível líquido	9	6.413
TOTAL DO ATIVO	422.634	371.277

“As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.”

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2008	2007
CIRCULANTE		87.332	36.190
Fornecedores	10	2.475	14.825
Empréstimos e financiamentos	14	18.332	17.464
Adiantamento para futuro aumento de capital	24	61.240	-
Encargos sobre folha de pagamento		21	19
Tributos e contribuições sociais		385	680
Taxas regulamentares	11	1.798	1.007
Obrigações estimadas	12	741	508
Provisões pré-operacionais	13	2.340	1.687
NÃO CIRCULANTE		171.245	177.836
Empréstimos e financiamentos	14	167.119	176.030
Impostos e contribuições diferidas		4.126	1.806
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		164.057	157.251
Capital social	15	135.986	135.986
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	4.840
Reserva de lucros		28.071	16.425
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		422.634	371.277

“As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.”

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais, exceto para o Lucro por Ação).

	2008	2007
RECEITA OPERACIONAL		
Transmissão de Rede Básica	59.429	44.238
Deduções da receita operacional		
PIS	(386)	(287)
COFINS	(1.783)	(1.327)
Quota para RGR	(1.486)	(1.106)
Pesquisa e Desenvolvimento	(552)	(411)
	(4.207)	(3.131)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	55.222	41.107
Custo de operação		
Pessoal	(175)	(153)
Material	(75)	-
Serviços de terceiros	(4.426)	(1.138)
Depreciação e amortização	(8.042)	(6.493)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica – TFSEE	(297)	(221)
Outras	(234)	(159)
	(13.249)	(8.164)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	41.973	32.943
Despesas operacionais		
Pessoal e administradores	(489)	(297)
Material	(13)	(15)
Serviços de terceiros	(305)	(311)
Arrendamentos e aluguéis	(35)	(33)
Outras	(285)	(488)
	(1.127)	(1.144)
LUCRO DO SERVIÇO	40.846	31.799
Receita (despesa) financeira		
Receita financeira	6.742	5.764
Despesa financeira	(31.843)	(19.952)
	(25.101)	(14.188)
LUCRO OPERACIONAL	15.745	17.611
Contribuição social	(1.249)	(996)
Imposto de renda	(2.850)	(2.302)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.646	14.313
LUCRO POR LOTE DE 1000 AÇÕES - R\$	85,64	105,25

“As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.”

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros					Total
	Adiantam. p/ futuro	Reserva Legal	Reserva Garantidora dos Financiamentos	Reserva Estatutária	Lucros Acumul.	
Saldos em 31 de dezembro de 2006	104.800	-	105	-	2.007	106.912
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	-	36.026	-	-	-	36.026
Integralização de Capital com AFAC	31.186	(31.186)	-	-	-	-

Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.313	14.313
Destinação proposta à AGO:						
Reserva legal	-	-	716	-	(716)	-
Reserva estatutária garantidora dos financiamentos	-	-	-	15.604	(15.604)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	135.986	4.840	821	15.604	-	157.251
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	-	56.400	-	-	-	56.400
(-) Transferência para Devolução de AFAC	-	(61.240)	-	-	-	(61.240)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.646	11.646
Destinação proposta à AGO:						
Reserva legal	-	-	582	-	(582)	-
Reserva estatutária garantidora dos financiamentos	-	-	-	11.064	(11.064)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2008	135.986	-	1.403	26.668	-	164.057

“As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras”

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

	2008	2007
		Reclassificado
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	11.646	14.313
Despesas que não afetam o caixa:		
Depreciação/amortização	8.042	6.493
Juros sobre empréstimos	27.108	10.264
	46.796	31.070
(Acréscimos) Decréscimos do Ativo		
Concessionárias e permissionárias	(2.433)	1.487
Tributos e contribuições sociais a compensar	(4.399)	(4.209)
Outros devedores	-	(1.773)
Outros créditos	280	-
Rendas a receber	(1.259)	(839)
Despesas pagas antecipadamente	(104)	6
Fundos vinculados	11.047	(11.047)
	3.132	(16.375)
Acréscimos (Décrécimos) do Passivo		
Fornecedores	(12.350)	13.819
Folha de pagamento	2	13
Taxas regulamentares	791	525
Tributos e contribuições sociais	(295)	663
Outros débitos	2.553	1.217
Provisões Pré-Operacionais	653	(6.622)
Juros sobre financiamentos pagos	(18.636)	(12.394)
	(27.282)	(2.779)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	22.646	11.916
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações no intangível	(6.413)	-
Aplicações no imobilizado	(39.988)	(45.998)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(46.401)	(45.998)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento de capital	-	36.026
Adiantamento para futuro aumento de capital	56.400	-
Amortização de financiamento	(16.515)	(9.716)
Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamentos	39.885	26.310
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTE	16.130	(7.772)
REPRESENTADO POR:		
Saldo inicial de caixa e aplicações no mercado	6.286	14.058
Saldo final de caixa e aplicações no mercado	22.416	6.286
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTE	16.130	(7.772)

“As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras”

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR AGREGADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

	2008	2007
RECEITAS		
Disponibilização do Sistema de Transmissão	59.429	44.238
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros		
Serviços de Terceiros	(4.731)	(1.449)
Materiais	(88)	(15)
Arrendamentos e Aluguéis	(35)	(33)
Outros Custos Operacionais	(714)	(390)
	(5.568)	(1.887)
Valor Adicionado Bruto	53.861	42.351
(-) Quotas de Reintegração (Depreciação)	(8.042)	(6.493)
Valor Adicionado Líquido	45.819	35.858
(+) Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receita Financeira	6.660	5.691
Outras Receitas	82	73
	6.742	5.764
Valor Adicionado a Distribuir	52.561	41.622
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e Encargos (inclusive administradores)		
Remunerações	356	329
Encargos Sociais (exceto INSS)	13	7
Auxílio Alimentação	19	10

Assistência Médica e Transporte	30	25
Outras	6	15
	424	386
Governo		
INSS (Sobre remunerações)	70	64
Encargos do Consumidor	2.038	1.517
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.099	3.298
PIS e COFINS	2.415	1.840
Impostos Estaduais e Municipais	10	31
Impostos e Taxas	6	5
CPMF	10	242
	8.648	6.997
Financiadores		
Juros e Variações Monetárias	31.650	19.730
Outras Despesas Financeiras	193	196
	31.843	19.926
Acionistas		
Reserva de Lucros	11.646	14.313
	11.646	14.313
	52.561	41.622
Valor adicionado (médio) por empregado	10.512	8.324

“As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras”

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais)

	2008	2007
1. BASE DE CÁLCULO		
Receita Líquida (RL)	55.222	41.107
Lucro Operacional (LO)	41.973	32.943
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	205	170

	VALOR FPB	% SOBRE FPB	% SOBRE RL	VALOR RS	% SOBRE FPB	% SOBRE RL
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS						
Encargos Sociais Compulsórios	83	40,49%	0,15%	71	45,94%	0,17%
Auxílio Alimentação	19	9,27%	0,03%	10	5,88%	0,02%
Outros	36	17,56%	0,07%	40	23,53%	0,10%
Total	138	67,32	0,25%	121	71,18%	0,29%

	VALOR RS	% SOBRE LO	% SOBRE RL	VALOR RS	% SOBRE LO	% SOBRE RL
3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS						
Tributos Excluídos dos Encargos Sociais	8.565	20,41%	15,51%	6.926	21,02%	16,85%
	8.565	20,41%	15,51%	6.926	21,02%	16,85%

	VALOR	% SOBRE	% SOBRE	VALOR	% SOBRE	% SOBRE
4. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
Empregados no final do período				5		5
Escolaridade dos empregados						
Superior e extensão universitária				4		4
2º Grau				1		1
Faixa etária dos empregados						
Abaixo de 30 anos				1		1
De 30 até 45 anos (exclusive)				3		3
Acima de 45 anos				1		1
Admissões durante o ano				0		3
Mulheres que trabalham na empresa				3		2
Negros que trabalham na empresa				-		-
Portadores de deficiências físicas				-		-
Dependentes				-		-
Estagiários				-		-

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL

Relação entre a maior e a menor remuneração dos empregados na empresa:	4,53 vezes	5,02 vezes
Acidentados de trabalho:	Nenhum	Nenhum

“As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras”

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2008
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A concessionária é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 08 de outubro de 2004 com o propósito específico de construção, implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – composta pela LT CAMPOS NOVOS – BLUMENAU – C2 – 525KV, e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a concessionária está autorizada a participar de outras sociedades ou empreendimentos que se destinem à exploração da produção ou da transmissão de energia elétrica, sob o regime de concessão ou autorização, na qualidade de cotista, acionista ou membro de consórcio, observada a legislação aplicável.

Em 17 de setembro de 2006 a Sociedade entrou em operação comercial.

2. DA CONCESSÃO
A concessionária detém junto à ANEEL, a concessão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LINHA DE TRANSMISSÃO CAMPOS NOVOS – BLUMENAU – C2 – 525KV, pelo prazo de 30 anos, nos termos do Contrato de Concessão n.º 010/2005, de 04 de março de 2005, objeto do lote K do Edital de Leilão n.º 001/2004-ANEEL.

3. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei n.º 11.638/07 e Medida Provisória n.º 449/08, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos

Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Também foram aplicadas as normas contábeis às Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, de acordo com o modelo sugerido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Ofício Circular nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, de 24 de dezembro de 2008, alterado pelo de nº 127/2009-SFF/ANEEL, de 16 de janeiro de 2009.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449 a empresa elegeu como data de transição o dia 1º de janeiro de 2008, portanto as informações comparativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 são apresentadas de acordo com a legislação e normas vigentes até aquela data.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Mudanças Introduzidas pela Lei nº 11.638/08 e Medida Provisória nº 449/08

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº. 11.638/07, que altera a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2008. Segundo essa lei, a emissão de normativos contábeis pelo CPC e demais órgãos reguladores, deverá ser feita em consonância com os padrões internacionais. Posteriormente, a Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008 modificou itens da Lei nº 11.638 e da Lei das Sociedades por Ações.

As principais alterações que tiveram efeito sobre as demonstrações financeiras da companhia são:

i) Avaliação das aplicações em instrumentos financeiros classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo pelo seu valor justo, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação.

ii) Criação de novo subgrupo de contas, intangível, para fins de apresentação no balanço patrimonial. Essa conta registra os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das operações da companhia ou exercidos com essa finalidade.

iii) Obrigatoriedade de avaliação periódica da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível, com o objetivo de assegurar que: (i) a perda por não-recuperação desses ativos seja registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos e (ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão é revisado e ajustado.

iv) Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa e inclusão da demonstração do valor adicionado.

b) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

c) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

e) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros adquiridos principalmente com a finalidade de utilização no curto prazo, gerenciados em conjunto e para os quais existe evidência de padrão recente de realização de lucros a curto prazo, são mensuradas ao valor justo lançado em conta de resultado.

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, lançado em conta de resultado.

f) Concessionárias e permissionárias

Incluem os valores faturados até a data do balanço, e ainda não recebidos.

Devido às características das atividades da Companhia, não existe praticamente inadimplência, portanto, sem necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

g) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

h) Imobilizado

O Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos a depreciação acumulada.

O imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade quando há indícios internos ou externos de que pode estar desvalorizado.

i) Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (faixas de servidão permanentes) não são amortizados e são submetidos anualmente ao teste de recuperabilidade.

j) Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base “pro-rata dia”.

k) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas.

l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

O Imposto de Renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente aos limites fiscais estabelecidos. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido está constituída a alíquota de 9%.

m) Lucro por ação

O lucro por ação é determinado considerando as ações na data do balanço.

5. APLICAÇÕES NO MERCADO

As aplicações financeiras no mercado em 31 de dezembro são representadas da seguinte forma:

Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração	2008	2007
Fundo de Renda Fixa – CP (Resgate Automático)	Livre	Entre 90 e 95% do CDI	11.212	6.243
Rendas a Receber - CP (vinculados ao empréstimo BNDES)	Livre	100% do CDI	2.098	839
Fundos - CP (vinculado ao empréstimo BNDES)	Março/2009	100% do CDI	11.047	-
Total			24.357	7.082

Fundo de Renda Fixa – Valores resgatados automaticamente sempre que necessário conforme pagamentos agendados. Classificado no ativo circulante.

Rendas a Receber – Valores líquidos registrados conforme rendimentos das aplicações dos fundos vinculados. Classificado no ativo circulante.

Fundos Vinculados - Valores aplicados conforme cláusula contratual do financiamento do Agente Financeiro BNDES.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	2008	2007
Encargos de Uso da Transmissão Faturados, a receber	7.358	4.925

7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

	2008		2007	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRRF sobre Aplicações Financeiras	535	-	242	-
ICMS a Recuperar	10.536	-	6.832	-
ICMS Ativo Permanente	3.640	1.636	4.833	7.702
PIS a Recuperar	251	-	251	-
PIS Ativo Permanente	1.550	4.261	1.164	3.103
COFINS a Recuperar	1.084	-	1.158	14.294
COFINS Ativo Permanente	7.138	19.627	5.360	-
IRPJ a Recuperar	22	-	720	-
CSLL a Recuperar	-	-	210	-
Retenções sobre faturamento	150	-	162	-
Total	24.906	25.524	20.932	25.099

O saldo das contas de ICMS refere-se a créditos na compra de ativo imobilizado. A Administração da concessionária está envidando esforços para que o tributo seja liberado pelos órgãos competentes para sua realização. Não são esperadas perdas materiais na realização desses créditos, que se dará obedecendo a legislação vigente.

O saldo das contas de PIS e COFINS referem-se a créditos de 1/48 avos das compras de ativo imobilizado. Estes créditos foram reconhecidos após a unitização do imobilizado em andamento.

8. IMOBILIZADO

	2008		2007	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço				
Transmissão	336.738	(16.683)	320.055	247.240
Administração	121	(17)	104	55
Sub-total	336.859	(16.700)	320.159	247.295
Em Curso				
Transmissão	12.092	-	12.092	53.010
Total	348.951	(16.700)	332.251	300.305

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

9. INTANGÍVEL

	2008		2007	
	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço				
Transmissão	2.128	-	2.128	-
Em Curso				
Transmissão	4.285	-	4.285	-
Total	6.413	-	6.413	-

Refere-se a faixas de servidões que são direitos de passagem para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenizações em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes não há amortização.

10. FORNECEDORES

	2008	2007
Schahin Engenharia S.A.	1.450	10.203
Engevix Engenharia S.A.	-	2.489
Eletrosul S.A.	997	2.085
Outros	28	48
Total	2.475	14.825

11. TAXAS REGULAMENTARES

	2008	2007
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	632	295
Pesquisa & Desenvolvimento – F.N.D.C.T	260	173
Pesquisa & Desenvolvimento – M.M.E	132	90
Pesquisa & Desenvolvimento – P & D	480	222
Taxa de Fiscalização – ANEEL	294	227
Total	1.798	1.007

12. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	2008	2007
Imposto de Renda sobre lucro líquido	518	337
Contribuição Social sobre lucro líquido	187	154
Outros	36	17
Total	741	508

13. PROVISÕES PRÉ-OPERACIONAIS

	2008	2007
Provisões Pré-Operacionais – Servidões	286	502
Meio Ambiente	1.004	1.167
Serviços Administrativos	18	18
Obrigações Provisionadas SC Biguaçu	990	-
Provisão Recuperação Torres Morro do Baú	42	-
Total	2.340	1.687

Provisões Pré-Operacionais – Servidões – referem-se aos gastos de legalização de servidões administrativas e indenizações remanescentes aos atingidos pela passagem da Linha de Transmissão - LT.

Meio Ambiente – composto pelos compromissos assumidos junto à Fundação de Meio Ambiente – FATMA, através do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental, firmado em 15/06/2006, à PROSUL – Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda, conforme Aditivo nº 4 ao Contrato de Prestação de Serviços, firmado em 11/01/2007 e ao Município de Canelinha, no Estado de Santa Catarina, conforme Termo de Compromisso, firmado em 01/10/2006.

Serviços Administrativos – serviços de consultoria realizado no último trimestre de 2006, objetivando efetivar a unitização dos bens do imobilizado e o respectivo cadastro da propriedade em consonância com o Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica.

Obrigações Provisionadas SC Biguaçu – Referem-se a gastos relacionados a SC Energia vinculados a SE Biguaçu (reforço), relativo ao Termo Aditivo EPC.

14. FINANCIAMENTOS

	2008		2007	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	TOTAL
BNDES	9.283	83.783	93.066	96.796
BRDE	4.600	41.438	46.038	47.704
BANCO BRASIL	4.449	41.898	46.347	48.994
Total	18.332	167.119	185.451	193.494

Foi repassado através do BNDES, o crédito de R\$ 197.219 com a finalidade da implantação de linha de transmissão 525KV, com extensão de 359KM, interligando os municípios de Campos Novos e de Blumenau, ambos no Estado de Santa Catarina, conforme abaixo:

- R\$ 100.240, obtidos do BNDES, e têm como garantia o penhor dos direitos emergentes da Concessão, penhor de direito de crédito, e penhor de ações ordinárias nominativas de propriedade dos Acionistas.

Os contratos estão sujeitos aos seguintes encargos:

- 80% do valor do financiamento é atualizado pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e juros de 4,0% ao ano sobre o saldo devedor;
- 20% do valor do financiamento é atualizado por uma cesta de moedas e juros de 4,0% ao ano sobre o saldo devedor;
- R\$ 96.979, mediante repasse do BNDES, pelos agentes financeiros: Banco do Brasil S.A. e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.

Os contratos estão sujeitos aos seguintes encargos:

- 80% do valor do financiamento é atualizado pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e juros de 4,5% ao ano sobre o saldo devedor;
- 20% do valor do financiamento é atualizado por uma cesta de moedas e juros de 4,5% ao ano sobre o saldo devedor.

Como garantia o penhor dos direitos emergentes da Concessão, penhor de direito de crédito, e penhor de ações ordinárias nominativas de propriedade dos Acionistas, em favor do BNDES, Banco do Brasil S.A. e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.

Estes contratos de financiamentos serão pagos em 144 parcelas, vencendo-se a primeira em junho de 2007 e a última em maio de 2019.

15. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2008 o capital social autorizado é de R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais). O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 135.986 (cento e trinta e cinco milhões e novecentos e oitenta e seis mil reais), representado por 135.986.000 (cento e trinta e cinco milhões e novecentos e oitenta e seis mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

ACIONISTA	Quantidades de ações	% do capital social
Eletrosul Centrais Elétricas S/A.	66.633.136	49,00
Schahin Engenharia S.A.	55.754.256	41,00
Engevix Engenharia S.A.	13.598.598	10,00
Membros do Conselho de Administração	10	0,00
Total	135.986.000	100,00

16. DIVIDENDOS PROPOSTOS

Não há registros de dividendos propostos nas demonstrações financeiras embasada na alteração do estatuto da Companhia, onde inclui que a distribuição de dividendos e pagamento aos acionistas do juros sobre capital próprio dependerão, também, da prévia autorização dos agentes financeiros que concederam os financiamentos.

17. CONTINGÊNCIAS

As declarações de rendimentos e outros encargos estão sujeitos à revisão por parte das autoridades competentes, dentro dos prazos prescricionais.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2007 e 2008, não diferem daqueles registrados nas Demonstrações Financeiras.

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais estão sendo apresentados detalhadamente na Demonstração do Resultado do Exercício.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	2008	2007
Encargos da dívida	(17.184)	(19.366)
Variações monetárias passivas	(14.466)	(364)
Outras despesas financeiras	(193)	(222)
Renda de aplicações financeiras	2.119	2.125
Variações monetárias ativas	4.541	3.566
Outras receitas financeiras	82	73
Total	(25.101)	(14.188)

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Concessionária efetivou transações com partes relacionadas, incluindo as assinaturas de instrumentos contratuais específicos à construção, operação e manutenção do objeto da concessão, devidamente autorizados pelo poder concedente.

Partes Relacionadas	Natureza da Operação	Vigência
Schahin Engenharia S.A.	Turn key da construção da	24 meses
Engevix Engenharia S.A.	LT C Novos – Blumenau 525KV.	24 meses
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	Fiscalização, operação e manutenção.	30 anos, prazo da concessão
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	Compartilhamento de instalações de transmissão.	30 anos, prazo da concessão
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	O & M – Operação e Manutenção SE Biguaçu – 525 kv	04 anos
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	Compartilhamento de instalações CCI SE Biguaçu 525 kv	Indeterminado

Nas transações com partes relacionadas referente a Schahin e Engevix os valores em aberto em 31 de dezembro de 2008, estão registrados na rubrica de fornecedores. Para as transações com a Eletrosul as operações tiveram início em setembro de 2007.

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. O prêmio pago no exercício, incluindo tributo e taxas, foi de R\$ 338. O seguro contratado pela Empresa é:

- Seguro patrimonial (renovação) - Apólice: 08000074880000 – (Unibanco AIG Seguros e Previdência), valor em risco R\$ 120.000, com vigência de 11 de outubro de 2008 a 11 de outubro de 2009.

23. ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA - ICSD

DESCRIÇÃO	2008
Geração de Caixa da Atividade	37.459
(+) Disponibilidade no período anterior	6.286
(+) LAJIDA (EBITDA)	48.888
(-) Imposto Renda	(2.850)
(-) Contribuição Social	(1.249)
(+/-) Variação do Capital Giro	(13.616)
Serviço da Dívida	35.151
(+) Amortização do principal e juros	35.151
ICSD Calculado	1,07
ICSD Exigido pelo BNDES	1,30
O LAJIDA (EBITDA)	48.888
(+) Lucro líquido	11.646
(+) Despesas (Receita) Financeira Líquida	25.101
(+) Provisão para I Renda e contribuições social	4.099
(+) Depreciações e amortizações	8.042
A Variação do Capital de Giro no exercício de 2008 é calculado da seguinte forma:	
a) Necessidade de Capital de Giro no exercício de 2007	14.654
(+) (Ativo Circulante menos Disponibilidade)	28.540
(-) (Passivo Circulante menos Empréstimos, Financiamentos e AFAC)	13.886
b) Necessidade de Capital de Giro no exercício de 2008	28.270
(+) (Ativo Circulante menos Disponibilidade)	36.030
(-) (Passivo Circulante menos Empréstimos, Financiamentos e AFAC)	7.760
c) Variação do capital de giro	(13.616)

O ICSD calculado para dezembro de 2008 está abaixo do mínimo exigido, porém foi devidamente regularizado em 16 de janeiro de 2009 com a liberação integral do financiamento para a SE Biguaçu e a conseqüente devolução dos Adiantamentos para futuro Aumento de Capital – AFAC, aos acionistas, cujo valor impactava no cálculo do ICSD. Assim, a partir de 16 de janeiro de 2009 o índice ICSD passa a ser superior ao mínimo exigido.

24. EVENTOS SUBSEQÜENTES

Controle Acionário:

Em 21 de fevereiro de 2008 a acionista Eletrosul Centrais Elétricas S/A, exerceu o direito de preferência para aquisição das participações acionárias da Schahin Engenharia S/A e Engevix Engenharia S/A, correspondente a 51% do capital da Empresa.

A operação obteve a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 1.665 de 18 de Novembro de 2008. O fechamento da aquisição das participações acionárias ocorreu em 11 de fevereiro de 2009, mediante as assinaturas das partes no Termo de Transferência junto ao Livro de Transferência de Ações Nominativas nº 01.

O valor identificado como adiantamento para futuro aumento de capital no passivo circulante foi devolvido aos acionistas em 16 de janeiro de 2009 no valor de R\$ 61.240, através de recursos proveniente do BNDES em operação de financiamento para o reforço SE Biguaçu no valor de R\$ 67.028.

Recuperação do Imobilizado em Serviço:

Houve um aditamento ao contrato EPC de 27/04/2006 para obras de desativação e recuperação das torres de transmissão atingidas no Morro do Baú em Gaspar/SC, com um investimento previsto de R\$ 8.266.

LUIZ ANTONIO MACHADO MACIEL DANTAS

Diretor Presidente

JOÃO PASCOAL CARDOSO

Diretor Financeiro/Contador CRC/SC: 013119/02

CPF: 191848759-68

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e Acionistas da

SC ENERGIA - Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S.A.

Florianópolis – SC.

1. Examinamos o balanço patrimonial da SC ENERGIA - Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S.A. em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendem: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração

da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SC ENERGIA - Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S.A., em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras da SC ENERGIA - Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 08 de fevereiro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas

de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

5. O balanço social correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, preparados em conexão com as demonstrações financeiras, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 01, tomadas em conjunto.

Florianópolis (SC), 11 de fevereiro de 2009.

ALFREDO HIRATA - Contador CRC (SC) nº 0018.835/O-T-SP



MARTINELLI AUDITORES - CRC (SC) nº 001.132/O-9